



CENÁRIOS DE DEFESA 2040

Descrição dos Cenários



Sumário

Apresentação	3
Cenário “Alinhamento com os EUA, com recursos orçamentários”	4
Cenário “Alinhamento aos EUA, com restrição orçamentária”	14
Cenário “Relacionamento global, com recursos orçamentários”	24
Cenário “Relacionamento global, com restrição orçamentária”	33
Considerações Finais	45

Apresentação

O presente documento contém os Cenários de Defesa 2040, apresentando quatro hipóteses de futuro plausíveis. Os cenários foram elaborados para que o Ministério da Defesa pudesse dispor de dados que permitissem a elaboração dos Cenários Militares de Defesa, da Política e Estratégia Nacionais de Defesa e o Planejamento Estratégico Setorial. Os Cenários foram elaborados utilizando-se das sementes de futuro colhidas em 11 reuniões regionais, das quais participaram mais de 500 pessoas, entre civis e militares, de todas as regiões do País.

Esta nova proposta explicita a intenção do Ministério da Defesa de preparar-se para o amanhã, considerando não apenas as guerras passadas, mas, principalmente, as possibilidades de futuro. Também pesou na balança para essa decisão, o fato de que os projetos estratégicos demandam longo tempo de maturação tecnológica e industrial. Assim, o dimensionamento das demandas para a defesa deveria ser pensado em prazo mais alargado, um tempo mínimo de 20 anos.

Ainda como cliente do conhecimento produzido nos Cenários de Defesa 2040, pode-se identificar o Planejamento Baseado em Capacidades (PBC), metodologia que o MD decidiu seguir para definir e preparar suas capacidades conjuntas, assim como orientar adequadamente a aplicação dos recursos orçamentários disponíveis para garantir a soberania nacional.

Dessa forma, contando com a participação de integrantes das Forças Armadas e da sociedade civil de todas as regiões do País, os Cenários de Defesa 2040 são a contribuição do MD para a acumulação de poder dissuasório com o fim de respaldar as decisões soberanas do Estado e da sociedade brasileira no contexto internacional.

A existência de um poder militar que fortaleça o respeito das demais nações pela soberania pátria é uma das garantias fundamentais para a construção de uma sociedade democrática, justa e fraterna, objetivo de todos os que habitam este país.

Cenário “Alinhamento aos EUA, com recursos orçamentários”

IDEIA BÁSICA

Este cenário se baseia na concepção de que a postura internacional do Brasil é a de franco alinhamento com os EUA e de que o crescimento econômico brasileiro possibilitou um aumento no orçamento de Defesa, e conseqüentemente, no nível de aprestamento e das capacidades militares de suas forças armadas.

AMBIENTE GLOBAL

Em 2040, o movimento de globalização permanece desencadeando debates e gerando efeitos políticos. À intensidade dos fluxos de bens, serviços e mercadorias soma-se a agilidade no uso da informação. A turbulência política e econômica mundial cria apreensão no mercado financeiro, devido aos riscos de contágio de crises. O desequilíbrio em alguns blocos internacionais, motivado por falta de convergência estratégica coletiva e pela ascensão de movimentos nacionalistas, impulsionou o surgimento de novos atores não estatais.

O contexto internacional transparece difícil ambiente de entendimento entre os povos. A conjuntura dá sinais de múltiplos polos de competição no formato de soma zero e o sistema internacional caracteriza-se pela emergência de aspirações hegemônicas. A consolidação de potências líderes no âmbito regional contribui para uma redistribuição de poder, mas ainda com presença significativa das grandes potências do século XX que permanecem envolvidas na mediação de conflitos internacionais.

Nesse sentido, as relações internacionais ocorrem em ambiente imprevisível e dotado de amplo déficit de governança global. As incertezas e a possibilidade de conflitos bélicos incentivam a manutenção de grande número de bases militares ao redor do globo, percepção que motiva a geração de maior capacidade de inovação tecnológica de defesa. Os Estados Unidos da América (EUA) permanecem como maior potência militar do mundo, com

grande influência econômica e política, apesar da ascensão do poder militar chinês. A Aliança Atlântica prossegue como principal fator de integração militar entre os EUA e a União Europeia. Esse alinhamento estratégico fortalece o papel dos EUA como potência. O Brasil, em função de relações históricas, mantém seu alinhamento com os EUA. Em que pese esse alinhamento, o Brasil segue com uma importante parceria econômica com a China.

Impulsionada por sua economia pujante, pela busca de recursos naturais e pelo reconhecimento de suas fronteiras continentais, a China vem intensificando sua participação no cenário militar global com abertura de novas bases navais. O elevado grau de maturação do Projeto Cinturão e Rota, em sua versão marítima, impulsionou o desenvolvimento de uma marinha chinesa de águas azuis. Essa nova realidade provocou, a partir de 2035, uma competição naval contra Índia e Japão, que continuam defendendo a Estratégia Indo-Pacífico Livre e Aberto, ampliando potencial de tensão.

Em 2030, a China alcançou algumas metas de seu planejamento estratégico de defesa que caracterizaram a renovação de suas capacidades de defesa. Modernizou as Forças Armadas do Povo em amplo espectro: nova doutrina militar, ampliação da estrutura organizacional, qualificação de recursos humanos e aquisição de modernos armamentos e equipamentos. Isso contribuiu para incrementar a sua capacidade estratégica e operacional, que a aproxima da meta de tornar-se, até a metade do século XXI, potência militar mundial capaz de desafiar o poder dos EUA.

Nos últimos 20 anos, a China ampliou a instalação de bases navais na Namíbia, além de expandir sua presença em outras áreas do continente africano, em especial, no Atlântico Sul.

A França, em sua política de defesa, amplia, de acordo com seus interesses, papel de guardiã dos princípios universais de defesa dos direitos humanos e de proteção do meio ambiente. Essa circunstância a colocou em rota de colisão com os interesses brasileiros, em especial no questionamento da nova política indigenista brasileira e da estratégia de integração viária da região amazônica com o restante do País. A França ainda mantém um enclave colonial no entorno estratégico brasileiro. Merece destaque a recente

ampliação do Centro Espacial de Kourou e o aumento da presença militar francesa no departamento ultramarino da Guiana.

Permanecem os movimentos migratórios globais causados não somente por conflitos políticos, étnicos e religiosos, mas também por refugiados climáticos. Ampliam-se também as desigualdades entre os países. Esses acontecimentos geraram aumento da xenofobia e de ataques terroristas, por parte de minorias étnicas, em países desenvolvidos.

No horizonte considerado, não ocorreu confronto militar direto entre as grandes potências, pelo temor decorrente das graves consequências humanitárias e prejuízos econômicos para todos os envolvidos, embora esses países tenham participado de guerras por procuração.

ENTORNO ESTRATÉGICO

Em função das históricas divergências fronteiriças entre os países sul-americanos, surgiram condições que poderiam favorecer o aumento da influência militar de potências extrarregionais. O Brasil conseguiu minimizar essa influência e ascender a uma situação de maior protagonismo no âmbito da América do Sul, em face do aparato militar de melhor porte, suportado pelo desenvolvimento econômico alcançado na década de 2030. Nesse contexto, merece destaque sua atuação como mediador no caso do conflito Chile-Bolívia, oportunidade em que a diplomacia brasileira atuou decisivamente para impedir a escalada da crise, o que permitiu a celebração de um acordo entre as partes.

A instabilidade política da Venezuela favoreceu a presença da Rússia, que instalou uma base de treinamento militar naquele país. Além disso, os russos têm prestado apoio de manutenção ao material de emprego militar utilizado pela Venezuela. Na década de 2020, esse país continuou em crise político-econômica, que o exauriu economicamente, reforçando o fluxo migratório rumo aos demais países do continente. Em 2030, o agravamento dessa situação, provocou o recrudescimento dos atritos desse país com a Colômbia, circunstância esta que levou à ocorrência de confrontos na região

fronteiriça. O Brasil, por sua vez, se impôs como mediador entre os contendores, mantendo a estabilidade da região.

Apesar das contínuas mudanças de grupos políticos que chegaram ao poder na Argentina, continua o intercâmbio militar com o Brasil. Além de exercícios conjuntos de adestramento de tropas entre grandes unidades de ambos países, a partir de 2030, tem sido desenvolvida a Operação Gaúcho, um exercício de simulação de combate, envolvendo o estado-maior de grandes unidades. Intercâmbio entre estabelecimentos de ensino são constantes, tendo cada escola de altos estudos de cada uma das Forças Armadas um docente do país vizinho.

A presença de contingentes significativos das forças armadas junto a efetivos da polícia federal na região fronteiriça, assim como a plena operacionalização do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), assegurou uma sensível redução no tráfico internacional de armas e de drogas. Além disso, a assinatura de acordos com países vizinhos permitiu uma bem-sucedida ação interestatal de combate ao crime organizado internacional. O Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) concluiu, em 2026, o projeto “Cartografia da Amazônia”, cobrindo uma área de cerca de 1,8 milhões de quilômetros quadrados, o que eliminou vazio cartográfico existente. Os dois sistemas citados aumentaram a quantidade de informações disponíveis pelo Estado nas regiões pouco habitadas do Brasil.

O recrudescimento das ações das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) provocou a mobilização das Forças Armadas brasileiras para a faixa de fronteira entre os dois países. Nessas oportunidades, o Brasil recebeu substancial ajuda norte-americana, traduzida no aumento de tecnologia incorporada aos sistemas de armas, formação de recursos humanos, aprimoramento logístico e aquisição e revitalização de equipamentos.

Reacendendo tensões do século passado, as forças armadas bolivianas expulsaram brasileiros proprietários de terras na região do departamento de Santa Cruz de La Sierra, onde controlavam cerca de 40% da produção boliviana de soja. Essas ações geraram protestos formais do governo brasileiro,

culminando com o envio de tropas para a citada região para resgatar e proteger os nacionais.

O pleito do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU) de ampliação das fronteiras da Amazônia Azul para os limites da Plataforma Continental foi aceito. Com isso, houve a expansão da zona econômica exclusiva brasileira para cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados.

O pleno funcionamento do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) possibilitou uma maior efetividade no controle e na exploração dos recursos da Amazônia Azul. O desenvolvimento autóctone de Veículos Submersíveis Não Tripulados ampliou significativamente o potencial de pesquisas nas áreas marítimas de jurisdição nacional e na Antártica. Isso contribuiu para o êxito da Política de Gestão Estratégica da Elevação do Rio Grande, que, em vigor desde 2035, passou a ser uma referência na gestão de recursos da Amazônia Azul.

Em função do alinhamento com os EUA, a Marinha do Brasil adquiriu, daquele país, no início da década de 30, um navio aeródromo e sete navios escolta, incorporando-os na recém-criada 2ª Esquadra, sediada na Ilha do Medo, em Base Naval no estado do Maranhão.

Em 2040, o país segue tendo no Atlântico Sul o seu maior fluxo de comércio. Por essa razão e como membro da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), a partir de 2025, houve uma presença mais efetiva de meios da Marinha brasileira, que juntamente com a dos EUA passaram a proteger as linhas marítimas comerciais, contra ações de piratas ao longo do litoral africano, em especial no Golfo da Guiné. Em 2035, o submarino nuclear brasileiro começou a operar na sua condição plena, provendo a proteção ao tráfego marítimo, num corredor comercial vital para os interesses nacionais, além de garantir, via dissuasão, a soberania brasileira na Amazônia Azul.

Foi possível ainda, modernizar a frota de aviões patrulha da Força Aérea, com o recebimento de oito aeronaves P-3 Orion, em 2029, como parte de acordo militar com os EUA.

O acordo de cooperação com a África do Sul, cujo objetivo foi o desenvolvimento do Míssil de 5ª geração A-Darter, chegou ao final. Em 2023,

foi entregue o lote inicial, sendo o material utilizado nas aeronaves do Programa FX-2.

O crescimento experimentado pela indústria bélica brasileira colocou o país como fornecedor destacado de armas e sistemas militares na América do Sul.

Nesse aspecto, vale ressaltar que o salto tecnológico experimentado, principalmente nas áreas de pulso eletromagnético e inteligência artificial, possibilitou o desenvolvimento de sistema de armas disruptivo, que proporcionou efeito dissuasório, inibindo uma maior presença militar de potências extrarregionais no entorno estratégico brasileiro.

Preocupado com a proximidade da revisão do Tratado da Antártica, em 2041, o Brasil incrementou a atividade de pesquisas na região na última década, destinando volumoso aporte de recursos para o Ministério da Defesa. A ampliação dos laboratórios nas novas instalações da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), na década de 30, permitiu a continuidade das pesquisas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR).

AMBIENTE NACIONAL

Implementada na reforma política ocorrida em 2033, a cláusula de barreiras reduziu o número de partidos no Congresso Nacional, permitindo um melhor entendimento dos projetos políticos de cada agremiação. A reforma eleitoral que se seguiu aprimorou o sistema de urnas eletrônicas, mediante a emissão do voto impresso. Também foi implantado o voto distrital. Tais alterações proporcionaram maior segurança institucional e estabilidade no processo eleitoral.

As garantias políticas e institucionais se tornaram mais sólidas devido às reformas implementadas, o que facilitou a alternância de sucessivos governos de 2020 a 2040, sem causar rupturas.

O interesse global pela internacionalização da Amazônia aumentou ao longo da década de 2030. A maior atenção do Estado para com aquela região, mediante a adoção de iniciativas econômicas tais como implantação de

indústria de beneficiamento de fármacos e cosméticos com matéria-prima local, garantiu a atração de mão de obra para a região e a melhoria nas condições sociais. A efetiva implementação de um novo Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), em Tefé, permitiu a fixação da população local, reduzindo a migração para Manaus, e o surgimento de novos negócios, que viabilizaram o sonho de transformar a região em um polo de bioeconomia sustentável.

A exploração de gás natural na região dos municípios de Silves/AM e Itapiranga/AM alcançou excelentes resultados, criando novas oportunidades de emprego e renda para a população amazonense e diversificação da matriz econômica do estado. A utilização desse gás para gerar energia em Roraima, a partir de 2022, acrescido da conclusão da linha de transmissão Manaus - Boa Vista, em 2030, gerou economia de óleo diesel, distribuição de royalties aos municípios produtores e eliminou a dependência energética em relação à Venezuela. A isso somou-se a instalação do parque fotovoltaico de Macapá, viabilizando a emergência de um novo polo industrial.

A manutenção dos incentivos fiscais à Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) permitiu a continuidade de investimentos em pesquisa, além da evolução do parque industrial e das telecomunicações.

Em complemento a essas ações, as Forças Armadas deslocaram efetivos significativos para a região de Rio Branco-AC, por meio da criação de uma Brigada de Infantaria de Selva, de um Grupamento de Fuzileiros Navais e de um Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral, além de um sensível incremento dos meios fluviais para ambas as Forças. A Força Aérea, por sua vez, ampliou o Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA IV), incrementando a qualidade da cobertura de vigilância aeroespacial. Além disso, o sucesso do lançamento de três satélites nacionais, da Base de Alcântara, permitiu a melhoria nas comunicações e no acesso à internet para os habitantes da região.

A Amazônia Brasileira foi dividida em mais três unidades da federação: os estados de Tapajós e Carajás; e o território de São Gabriel da Cachoeira. Isso permitiu aumentar o controle sobre a região e minimizar as pressões internacionais no tocante à preservação ambiental.

Os Corredores Logísticos Estratégicos (CLE) referentes à integração e à defesa do país, compostos de trechos viários prioritários às ações de defesa, nas regiões Norte e Centro-Oeste, em função do aumento do orçamento do Ministério da Defesa, a partir de 2028, passou a receber recursos para manutenção, implantação e adequação aos meios de emprego militar, favorecendo a logística e ao emprego das Forças Armadas nas referidas regiões. Tais recursos permitiram a conclusão da Ferrovia Norte-Sul e da ferrovia Paraense, viabilizando a conexão do porto de Itaqui-MA e do Porto de Vila do Conde-PA com as demais regiões do país. Tal fato garantiu um eixo logístico para a movimentação de tropas e material para a região Norte/Nordeste do país. Nas instalações portuárias, as obras realizadas aceleraram os processos logísticos nos portos. Grande parte desses empreendimentos foi financiada pelos Estados Unidos, após acordo comercial com aquele país.

Durante as duas últimas décadas, as exportações nacionais cresceram e o País alcançou estabilidade econômica, com um crescimento médio anual de 5% do PIB. Embora continue um agroexportador, o setor industrial de defesa recebeu investimentos que permitiram melhorar a competitividade dos produtos nacionais no mercado latino-americano.

Ao longo do período, houve intensa cooperação com os EUA nas áreas cibernética e espacial, o que acarretou considerável aporte de recursos financeiros. Em função do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), ratificado pelo Congresso Brasileiro, foram realizados vários lançamentos de satélites a partir da Base de Alcântara.

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), ao priorizar a aquisição de componentes fabricados no Brasil, fortaleceu setores industriais nacionais de importância estratégica, com ênfase na indústria de defesa, além de atingir, em 2040, seu objetivo principal: a construção do segundo submarino com propulsão nuclear.

O aumento do orçamento de defesa fez com que fosse incrementada a aquisição de material de emprego militar, viabilizando o desenvolvimento sustentável da Indústria de Defesa. A produção de navios patrulha de médio porte mantém o País com embarcações de alta tecnologia. O Projeto

Scramjet14X da FAB, graças aos esforços junto ao Governo Federal, já produziu o primeiro protótipo de aeronave hipersônica do Brasil, capaz de garantir a soberania do espaço aéreo nacional.

Ao longo da década de 20, na busca da racionalização, ocorreu a reestruturação das Forças Armadas que, aliada à estabilidade orçamentária, viabilizou maiores investimentos na atividade fim e nas atividades meio. Esses ajustes permitiram que fosse criada uma Força Expedicionária Conjunta, com capacidade anfíbia, de valor brigada, envolvendo efetivos do Marinha, Exército e Força Aérea. O efetivo necessário para a formação dessa tropa foi disponibilizado por meio da redução advinda do processo de racionalização, implementado na década de 2020.

A AVIBRAS desenvolveu um sistema avançado de defesa antiaérea, com tecnologia nacional de busca de alvos utilizando inteligência artificial. O sistema tem encontrado grande aceitação no mercado internacional. Em 2035, o Exército apresentou novo projeto de viatura autônoma blindada 8x8 de reconhecimento sobre rodas, dotada de proteção balística reativa e canhão 105 mm. A partir de 2032, com a criação do Centro de Desenvolvimento de Software de Defesa Cibernética, integrante do Comando Conjunto de Defesa Cibernética, as Forças Armadas brasileiras ampliaram significativamente sua capacidade de atuar no ambiente cibernético.

O crime organizado continuou cada vez mais conectado. Verificou-se aumento do tráfico de drogas, de armas e de munições. Apesar da aprovação de novos instrumentos legais, não ocorreu a desejada redução dos índices nacionais de violência. Eventos ocorridos ao longo das últimas duas décadas acarretaram o emprego das Forças Armadas em apoio aos estados da federação.

Ao longo das últimas décadas, verificou-se uma progressiva aproximação entre o Ministério da Defesa e os principais órgãos de mídia. Tal fato permitiu melhor divulgação e publicidades das atividades das Forças Armadas. Além disso, possibilitou que as questões relativas à defesa nacional tivessem maior penetração no debate político do país. Com isso, melhorou a percepção da sociedade com relação à necessidade de maiores investimentos no desenvolvimento de capacidades de defesa do país.

Também nos últimos 20 anos, acentuou-se no Brasil o ônus demográfico, decorrente do envelhecimento da sua população. No âmbito das Forças Armadas este fenômeno provocou aumento significativo nos gastos de saúde com militares da reserva, dependentes e pensionistas. Para contornar tal situação, o Ministério da Defesa implementou a política de subsidiar a contratação de planos de saúde privados para esse público. Para os militares da ativa foi mantido o atendimento nos estabelecimentos de saúde militares. O Projeto de Lei referente ao Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas foi aprovado em 2020, sem, contudo, acarretar aumento salarial.

As experiências referentes a ações em biodefesa adquiridas nos preparativos e na execução dos grandes eventos internacionais realizados no Brasil, na década de 2010, tais como os 5º Jogos Mundiais Militares, as XXXI Olimpíadas e a Copa do Mundo fizeram com que ficasse patente no âmbito do Ministério da Defesa a preocupação com as ameaças decorrentes de ataques dessa natureza. A disponibilidade de recursos orçamentários a partir da década de 2020 permitiu que fosse organizada uma estrutura adequada de resposta. Para tanto, foi criado, pelo MD, o Núcleo Conjunto de Resposta a Incidentes QBRN (NuCRI QBRN), integrando as unidades existentes nas três Forças Armadas. Além disso, foi estabelecido um Plano de Capacitação e Adestramento para o emprego dessa unidade, com ênfase em ações de vigilância e de inteligência. Também foram adquiridos equipamentos de proteção individual, de diagnóstico rápido para agentes contaminantes, assim como de descontaminação.

Cenário “Alinhamento aos EUA, com restrição orçamentária”

IDEIA BÁSICA

Este cenário se baseia na concepção de que a postura internacional do Brasil é a de franco alinhamento com os EUA e de que o crescimento econômico brasileiro não possibilitou um aumento no orçamento de Defesa, e conseqüentemente, no nível de aprestamento e das capacidades militares de suas forças armadas.

AMBIENTE GLOBAL

Estamos em 2040 e o sistema internacional mantém a sua estrutura multipolar, onde grupos e interesses regionais desempenham um papel fundamental nos modelos de atuação dos Estados. Os Estados Unidos (EUA) continuam sendo a maior potência militar e líder em capacidades tecnológicas, seguidos de perto pela China, que elevou substancialmente seus gastos em defesa nos últimos anos, principalmente a partir da segunda metade da década de 2010, quando a preocupação chinesa com seu entorno geopolítico levou à expansão das ambições militares do país, sobretudo na dimensão marítima. O Brasil, consoante às tradições históricas de sua diplomacia e relações econômicas, mantém uma postura externa preferencialmente alinhada aos EUA.

O declínio relativo do poder da União Europeia ocorreu de forma gradativa a partir da segunda década do século XXI, mas aquela União ainda se mantém como um importante ator internacional, sendo o elemento fundamental para que a balança do poder tenha se mantido favorável aos EUA.

No contexto do Oriente Médio, o quadro permanece instável, particularmente pela atuação de grupos não estatais que empregam o terrorismo como instrumento para a consecução de seus objetivos.

Em termos gerais, o ambiente global é marcado pela acentuação de conflitos sociais e bélicos, principalmente no âmbito intraestatal. Nos últimos 20 anos, os conflitos externos entre nações foram mais raros e dispersos e, quando ocorreram, foram em âmbito regional, sob fortes influências de potências extrarregionais.

Em paralelo à permanente instabilidade global, o fato marcante foi o extraordinário avanço das tecnologias da informação e comunicação (TIC), que mantiveram um perfil de crescimento exponencial nas quatro primeiras décadas do século XXI, confirmando-se como um dos principais fatores determinantes do perfil assumido pela globalização econômica e financeira. Esse avanço, na medida em que expandiu e fortaleceu vínculos comerciais, financeiros e de pesquisa, também disseminou e realçou fragilidades no sistema e desigualdades globais, gerando desafios normativos, de segurança e de liderança. Os avanços nas TIC tornaram o mundo cada vez mais interconectado, fazendo com que o comportamento de um país, de uma empresa ou mesmo de um único indivíduo, adquirisse um alto potencial de impacto, tanto para o bem, quanto para o mal, sobre a sociedade em geral.

A chamada 4ª Revolução Industrial (associada à Indústria 4.0), liderada pelos EUA, transformou as áreas de cibernética, inteligência artificial, robótica e ciências biológicas, aumentando exponencialmente os níveis de precisão e automação dos sistemas de armas. Tal fato tornou obsoletos e relativamente ineficazes a maioria dos sistemas existentes nas primeiras duas décadas do século XXI, determinando o concomitante surgimento de novas práticas operacionais e o questionamento de antigas doutrinas militares.

Na área da saúde, os avanços na biomecânica e na produção de órgãos humanos artificiais provocaram uma grande revolução na medicina operativa, que se refletiu na necessidade de atualização e reestruturação dos sistemas logísticos de apoio direto a forças militares em combate.

A revolução digital provocou intensificação dos fluxos financeiros e comerciais transnacionais, fluxos estes não amparados ou regulamentados por um arcabouço normativo completo, gerando distorções, e se constituindo num fator contribuinte para o relacionamento instável entre as nações e maior incerteza nas relações internacionais.

A ampliação da capacidade de armazenamento de dados e seu acesso praticamente irrestrito, além de ter sido uma das principais forças motrizes de aceleração do desenvolvimento mundial em diversos campos de conhecimento, também difundiu o acesso universal a qualquer tipo de informação e conhecimento de natureza sensível, aspecto este que se tornou um fator multiplicador das capacidades e possibilidades de agentes criminosos e terroristas.

Um fator decorrente da intensificação e ubiquidade do processo de globalização foi o incremento, principalmente a partir da década de 2020, da influência e do choque entre identidades culturais distintas, tanto em âmbito doméstico, quanto no internacional. Não obstante, tal fato, ao contrário de algumas previsões na virada para este século, não chegou a causar guerras ou conflitos internacionais.

A gradativa globalização de paradigmas e princípios de regulação da sociedade, principalmente, no âmbito ocidental, provocou uma maior uniformidade em diversos conceitos sociais e de preservação ambiental (uma grande preocupação a partir dos anos 2030). Esta evolução trouxe como consequência uma maior pressão e tendência de ingerência externa entre nações, tendo como enfoque princípios como “direito de proteger”, “direitos humanos” e o conceito de “patrimônio mundial”. As tensões decorrentes dessas mudanças se deveram ao fato de que tais regulações, além de por vezes encobrir outros interesses, ainda não se coadunam com as diversidades culturais, constituindo desta forma fontes de atrito e desconforto internacional.

Outro fato digno de destaque nas últimas duas décadas foi o crescimento exponencial da influência das instituições globais e empresas transnacionais, cada vez mais presentes, no âmbito das decisões políticas dos estados, tornando cada vez mais significativo, o conceito e a prática da “cidadania corporativa”¹, que gradativamente assumiu formas e práticas mais

¹ O conceito cidadania corporativa engloba a forma como as empresas se relacionam e se encaixam com toda a sociedade, através de parceiros, clientes, funcionários e até diante do governo. Cidadania corporativa baseia-se nas ações de sustentabilidade e responsabilidade social que, combinados, tornam-se ações que beneficiam empresas e a sociedade em geral.

envolventes na relação empresa-sociedade. Tal fato tem contribuído para uma redução da relevância e da participação do Estado na sociedade.

Um aspecto controverso relacionado à globalização foi o desenvolvimento do que ficou conhecido na literatura especializada ocidental como o “*paradoxo governamental da globalização*”, qual seja: um crescente poder de penetração das forças da globalização, correspondeu a uma maior interferência no poder autônomo dos governos nacionais. Neste processo, o Estado brasileiro, assim como diversos Estados classificados como potências médias ou em desenvolvimento, visando a preservação da sua autonomia e soberania estatal em âmbito doméstico, desenvolveu controles internos mais rígidos, por meio de constrangimento à liberdade, criação de barreiras econômicas e ações protecionistas. Em contrapartida, o inevitável confronto desse movimento com o de empoderamento de organizações e de indivíduos provocou uma evasão de empresas e mentes para países mais liberais.

ENTORNO ESTRATÉGICO

As dinâmicas do ambiente internacional foram um grande motor dos acontecimentos envolvendo defesa e segurança internacional no Brasil e em seu entorno estratégico. As disputas geopolíticas entre grandes potências provocaram um aumento nas tensões externas da região sul-americana, tendo em vista o crescente interesse de Rússia e China nos países deste continente (inclusive com a construção de bases militares).

A maior presença militar dos Estados Unidos na América do Sul ocorreu com o fortalecimento da Quarta Frota e a implantação de bases militares em países alinhados com a sua perspectiva estratégica de combate ao terrorismo e ao tráfico internacional de drogas, estando o Brasil incluído neste grupo.

Como consequência dessas ações, o discurso sobre as convencionalmente chamadas “novas ameaças” se fortaleceu, junto com a crescente aplicação das Forças Armadas dos países sul-americanos em ações de segurança pública, enquanto os Estados Unidos se tornaram preponderantes na defesa externa das Américas.

Também importante foi a crescente influência estadunidense no ensino e no treinamento militar sul-americano, com o fortalecimento do Centro de Estudos Hemisféricos de Defesa (CHDS) e do Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação em Segurança (antiga Escola das Américas, vinculado ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos).

A partir da terceira década do século em curso, começaram a surgir conflitos de interesses envolvendo o Brasil e alguns países da União Europeia. Numa análise retrospectiva dessa evolução, pode-se identificar como causa remota o histórico interesse de alguns países em relação às riquezas minerais, à preservação ambiental e à biodiversidade da Região Amazônica e da área marítima denominada Amazônia Azul, manifestados de diversas formas e com diferentes intensidades.

Dentro deste contexto, ao longo da última década desenvolveu-se uma crise envolvendo o governo francês, tendo como causa próxima o descontentamento das tribos ianomâmis com as sucessivas invasões de suas terras por parte de garimpeiros e grileiros, provocando queimadas e a poluição de rios na região, reduzindo drasticamente a biodiversidade local, fonte indispensável de sobrevivência das tribos indígenas locais.

A falta de uma ação positiva por parte de sucessivos governos brasileiros para regularizar essa situação provocou um crescente e natural descontentamento e desapontamento por parte dos povos indígenas, levando-os a buscar aproximação com governos e entidades estrangeiras que lhes ofereciam apoio e simpatia por suas causas,² além de promessas relacionadas a um possível suporte econômico e militar num movimento por sua autonomia.

² Em agosto de 2019, o jornal francês Le Monde fez uma longa reportagem informando que no Brasil os índios ianomâmis são ameaçados pelos garimpos. Segundo a correspondente Claire Gatinois, encorajados pelo discurso do presidente Jair Bolsonaro, milhares de garimpeiros clandestinos têm invadido as terras indígenas. Ainda na mesma reportagem é citada a afirmação "Não existem mais regras na região", feita pelo missionário italiano Carlo Zacchini, outro ativista ouvido pelo Le Monde. Frequentador das terras ianomâmis desde 1965, e co-fundador da Comissão pró-ianomâmi, ele denuncia que nem mesmo a Funai tem mais os meios de fazer um bom trabalho nas florestas devido às restrições orçamentárias. Disponível em <http://br.rfi.fr/franca/20190709-yanomamis-estao-ameacados-por-garimpo-no-brasil-destaca-le-monde>; Acesso 02/10/2020.

Assim é que em 2035, sob a égide internacional da “Responsabilidade de Proteger”, o governo francês formalizou pedido de intervenção das Nações Unidas na Região Lanomâmi, anunciando o seu irrestrito apoio ao movimento de emancipação daquele povo indígena, sob o lema “*Une nation indigène indépendant*” (Uma Nação Indígena Independente). Como medida de apoio às suas intenções, em 2037, o governo francês mobilizou um grande efetivo de suas forças armadas, incluindo meios aéreos, terrestres e navais, posicionando-os na Guiana Francesa.

Em paralelo a esses acontecimentos, a questão entre Venezuela e a República da Guiana, que já dura mais de sete décadas, sofreu, a partir de 2038, uma escalada, envolvendo, de forma indireta, a soberania brasileira na Região Amazônica. Pode-se dizer que o conflito limítrofe entre a Guiana e a Venezuela pelo território Essequibo teve a sua complexidade gradativamente ampliada, na medida em que, frente aos erros da política exterior venezuelana, a Guiana se aproveitou para criar precedentes no direito internacional, que lhe permitiram explorar amplas áreas na região de Essequibo, na extração de recursos naturais. Esta iniciativa foi apoiada e acompanhada de vultosos investimentos por parte das empresas internacionais. Neste contexto, à forte oposição internacional ao rigoroso e impopular regime político venezuelano, somaram-se os interesses econômicos dos países cujas empresas se encontravam operando na zona em litígio, silenciando-se quanto ao pleito venezuelano de soberania sobre o território de Essequibo.

Assim é que, em 2039, sem alternativas nos foros internacionais com relação a seus pleitos, e tendo recebido constante apoio militar por parte da Rússia e da China, inclusive mísseis balísticos, o atual governo venezuelano mobilizou a opinião pública em favor de um movimento nacional para a “*Recuperación de derechos legítimos e históricos venezolanos*” (recuperação dos direitos legítimos e históricos venezuelanos), e decidiu intervir militarmente na República da Guiana, visando recuperação de seus territórios reivindicados.

Ao implementar sua estratégia para ocupação da região de Essequibo, o movimento de uma de suas ofensivas atravessou o território brasileiro ao

norte do Estado de Roraima, obrigando o governo brasileiro a intervir militarmente, frente à violação de sua soberania. Para o cumprimento dessa missão, foi fundamental o apoio oferecido pelo "Escudo Antimíssil", sistema desenvolvido pelo Brasil, com apoio tecnológico israelense e material norte-americano, capaz de abater mísseis e foguetes antes de sua chegada ao solo.

Mesmo com o grande esforço diplomático do Itamaraty para ampliar a influência brasileira na América do Sul, as restrições orçamentárias, oriundas do baixo desenvolvimento econômico brasileiro, têm dificultado a realização de ações mais afirmativas. Associado a isso, a região tornou-se palco de disputa comercial e de influência estratégica entre as duas grandes potências. Com isso, e com as crises de fronteira em que esteve envolvido, o País vê cada vez mais distante a oportunidade de desempenhar um papel relevante em seu entorno estratégico.

AMBIENTE NACIONAL

No âmbito nacional, ao longo das primeiras décadas do século XXI, sucederam-se na chefia do governo brasileiro correntes políticas extremamente polarizadas. Devido à alternância nos ideários econômicos e sociopolíticos, não foi possível estabelecer uma política de Estado, coerente e de longo prazo, que orientasse e sustentasse o necessário desenvolvimento nacional. Prevaleram políticas de curto prazo, que atendiam, principalmente, a interesses político-partidários e por vezes populistas.

A inconstância na orientação política governamental, impedindo a maturação de um plano econômico de longo prazo, o excesso de medidas político-econômicas de cunho populista com objetivos eleitoreiros e de curto prazo gerou restrição nos investimentos nacionais no parque industrial do País, associado a um grande desestímulo para o investidor externo. Dessa forma, ao longo das décadas de 2020 e 2030, apesar de uma aparente estabilidade econômica, o país apresentou taxas de crescimento do PIB irrisórias, cuja média ficou no entorno de 0,75% ao ano, um valor inferior ao de outras economias em países com o mesmo nível de desenvolvimento.

Nesse contexto, a alocação de recursos para o setor de defesa manteve-se insuficiente, num patamar muito inferior ao mínimo que seria necessário, fator esse que tem representado grave comprometimento no aprestamento das forças armadas para o cumprimento de suas atribuições institucionais.

A indústria nacional, com a dificuldade de crescimento gerada pelo quadro econômico adverso, não tem conseguido acompanhar os avanços tecnológicos da indústria internacional. Com isso, existe, atualmente, um elevado nível de dependência tecnológica do parque industrial nacional.

Com o recrudescimento da situação social fragmentada, devida à crise econômica, o Poder Executivo, em diversas oportunidades, teve que empregar as Forças Armadas em ações de GLO, com a finalidade de buscar resolver crises institucionais. O Congresso Nacional, por sua vez, manteve-se afastado ou indiferente aos temas e necessidades militares.

A fragilidade institucional do Brasil teve reflexos negativos sobre a segurança pública. Com restrições de toda ordem, tanto no componente da polícia investigativa, quanto no policiamento ostensivo, além da incidência de práticas de corrupção, ocorreu aumento nas atividades criminosas e na quantidade de seus praticantes, aspecto que manteve a taxa de homicídios do Brasil entre as mais elevadas do mundo (taxa de 70 mil homicídios em 2038). Nesse período, não se registrou qualquer atuação vinculada a organizações terroristas internacionais.

Com referência ao crime internacional e ao tráfico de drogas, consolidaram-se corredores de exportação de drogas, a partir da Colômbia, Bolívia e Peru. Da mesma forma, mantiveram-se intensos o movimento de armas e toda a sorte de contrabandos a partir do Paraguai e da Bolívia através da região do Centro Oeste brasileiro.

Em 2037, um evento que despertou grande apreensão no âmbito das autoridades militares brasileiras foi o que ficou conhecido como “A carta anônima”. Essa situação teve início com o recebimento, no Gabinete do Ministro da Defesa, de uma correspondência que continha uma substância não identificada. Com o passar do tempo, verificou-se o acometimento, em diversos membros do Gabinete de sintomas sugestivos de contaminação por

Antrax. Tais sintomas foram confirmados como sendo causados pelo agente suspeito. Essa situação adquiriu dimensão alarmante no âmbito da Defesa, após divulgação de vídeo clandestino, ameaçando enviar uma quantidade maciça desse bacilo a diversos órgãos do governo. Em face desse acontecimento, o governo federal estruturou um gabinete de crise sob a coordenação do Ministério da Defesa para o enfrentamento da questão. Após o controle imediato dos danos do problema, foi criado, pelo Poder Executivo, Grupo de Trabalho Interministerial com o fim de propor medidas de prevenção e proteção contra eventos dessa natureza.

A conjunção das dificuldades de natureza político-econômica com um contexto de segurança pública de grande fragilidade, entre outras coisas, inibiu investimentos financeiros e em bens de capital, tanto no parque industrial brasileiro, quanto em infraestruturas de transporte e apoio logístico. Assim, tornou-se mais difícil o pronto deslocamento de efetivos de tropas e seu apoio logístico em combate prolongado, em qualquer ponto do território nacional.

Ainda em decorrência das dificuldades econômicas enfrentadas nas últimas décadas, tem-se verificado uma crescente dificuldade no apoio social à família militar, além de descontentamento entre os militares pela baixa remuneração, principalmente se comparadas a outras carreiras de Estado. Essa situação, além do citado descontentamento, tem provocado uma redução, tanto quantitativa quanto qualitativa, de candidatos à carreira militar. Esse fenômeno já provoca consequências nítidas na menor qualidade, no preparo, na formação e na prontidão dos efetivos militares nacionais, representando, a médio e longo prazo, um grave e irremediável risco à segurança nacional.

A ausência de protagonismo do País em relação à sub-região sul-americana minou planos anteriores para a possível construção de uma base industrial de defesa visando um mercado regional. Dessa forma, foi reduzido o interesse comercial que impulsionaria o desenvolvimento de novas tecnologias pela base industrial de defesa nacional.

A facilidade na compra de material militar junto aos EUA, com preços acessíveis à nossa capacidade financeira, acompanhada de um refinado

treinamento e apoio pós-venda, permitiu ligeira melhoria da capacidade militar. A falta de encomendas para a indústria bélica nacional, por sua vez, resultou em uma situação de baixo desenvolvimento desse segmento, que restringiu sua produção a materiais de tecnologia de terceira camada – reprodutor de tecnologias preexistentes.

A não superação de determinadas fronteiras tecnológicas forçou o país a depender cada vez mais da exportação de produtos primários e commodities para equilibrar sua balança de pagamentos, em face da crescente importação de bens com maior valor agregado, além de ter aprisionado o Brasil como produtor de bens de defesa de terceira camada, sem perspectivas de ascensão a níveis superiores.

Esta situação, em conjunção com as já citadas dificuldades econômicas, provocou sério retardos em todos os projetos estratégicos das forças armadas, podendo-se citar como exemplo de maior impacto, os atrasos no programa de Submarinos Nucleares da Marinha, nos diversos programas de vigilância e proteção do território nacional com apoio de satélites, nos projetos científicos associados ao Programa Antártico e no cancelamento de parcerias para construção de mísseis e sensores em conjunto com a África do Sul.

Cenário “Relacionamento global, com recursos orçamentários”

IDEIA BÁSICA

Este cenário se baseia na concepção de que a postura internacional do Brasil é a de equilíbrio no relacionamento com os EUA e com a China, e de que o crescimento econômico brasileiro possibilitou um aumento no orçamento de Defesa, e conseqüentemente, no nível de aprestamento e das capacidades militares de suas forças armadas.

AMBIENTE GLOBAL

A disputa pela hegemonia no cenário internacional, inicialmente protagonizada pelos EUA, China e Rússia, se transformou num embate entre China e EUA. O crescimento econômico chinês a taxas elevadas e o investimento dos excedentes econômicos em segurança e defesa indicaram, para os EUA, que os chineses se apresentavam como uma potência emergente e desafiadora.

Alcançamos o ano de 2040 com relativo equilíbrio entre EUA e China em função da vantagem tecnológica razoável que os EUA conseguiram manter, e dos avanços econômicos e comerciais chineses, que contrabalançaram o embate. Tais avanços resultaram do sucesso alcançado pela iniciativa chinesa denominada “Um Cinturão, Uma Rota”, que logrou integrar os mercados europeus e africanos à China. Dessa forma, a disputa sino-estadunidense por uma condição hegemônica continua indefinida, impactando de forma relevante o Brasil. Espelhando-se em experiência histórica anterior, o País utilizou-se de uma política externa pendular, oscilando entre os dois polos de poder, o que lhe permitiu contabilizar vantagens significativas, favorecendo o surgimento do ciclo de desenvolvimento econômico da década de 2030.

A Rússia, nos últimos anos, sofreu um processo de abertura em sua política doméstica, que conduziu o país a uma situação muito próxima de uma democracia jovem. Tal reestruturação, que levou o foco dos interesses

nacionais para assuntos internos, afastou a pauta desse país das questões globais.

O processo de globalização continuou a avançar, embora num ritmo mais lento, favorecendo o incremento dos fluxos tanto de pessoas como de bens, mercadorias e serviços. Ampliou-se o risco de epidemias, agravaram-se as assimetrias de outrora e enfraqueceram-se os estados periféricos. Dessa forma, se consolida o aumento do risco de ocorrerem conflitos intestinos nesses estados enfraquecidos e guerras por procuração. Ademais, são reduzidas as ameaças de um conflito interestatal entre grandes potências, em função dos elevados custos.

A União Europeia (UE) chegou a 2040 ainda com problemas de ordem política, econômica e social decorrentes das diferentes políticas migratórias de seus estados-membros, fato que tem prejudicado o processo de integração econômica, já enfraquecido após o Brexit. Embora a presença comercial chinesa tenha se ampliado por toda a Europa, a UE permanece como polo econômico-militar. As reduzidas taxas de crescimento econômico desse bloco nos últimos vinte anos diminuíram sobremaneira a qualidade da vida na região.

Em diversas partes do mundo, conflitos étnicos e religiosos geram situações críticas, mas as disputas geopolíticas entre as grandes potências inibem a ação do Conselho de Segurança das Nações Unidas para saná-las. As tensões no Oriente Médio continuam elevadas, com o incremento da presença militar dos Estados Unidos, que busca recuperar sua influência na região, após o afastamento do início da década de 20. Essa situação, entretanto, tem gerado reação por parte de grupos políticos locais. A persistência desses fatores de crise cria condições favoráveis para organizações terroristas intensificarem suas atividades.

ENTORNO ESTRATÉGICO

A Argentina, após subseqüentes crises econômicas, vem se recuperando gradualmente, o que tem permitido crescente consolidação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O aproveitamento do potencial

petrolífero argentino permitiu a retomada do crescimento econômico com sustentabilidade. Essa recuperação favoreceu sobremaneira o processo de integração econômica, política e militar sul-americana, além de trazer benefícios significativos para a economia do Brasil.

A partir da década de 2020, a Argentina desenvolveu processo de aproximação com a República Popular da China. Esse país realizou pesados investimentos em infraestrutura (em especial nos portos), agropecuária e energia. No setor de Defesa, novos projetos dessa parceria foram implementados. Um deles foi a reestruturação da Marinha argentina, que teve início com o financiamento para a aquisição de três corvetas, tendo sido uma delas entregue em 2038. A base espacial chinesa, estabelecida na província de Neuquén, Patagônia argentina, ampliou seu efetivo e foi o gatilho para o estabelecimento do Programa Espacial Conjunto China-Argentina para a construção de satélites. A tentativa de instalação de uma base militar chinesa no complexo, em 2034, foi imediatamente contestada diplomaticamente pelo Brasil, o que levou à neutralização dessa iniciativa.

Desde 2035, a Colômbia tem apresentado evolução econômica e política bastante favorável. Após um retrocesso desastroso na década de 2020, quando alguns membros das FARC e ELN resolveram retomar a luta armada, o país voltou a se estabilizar graças ao apoio de seu grande aliado: os EUA. Essa aliança se manteve forte, permitindo que esse país aumentasse consideravelmente seu poder bélico no território colombiano, com a instalação de mais três bases militares, sendo uma delas próxima à fronteira com o Brasil. Essa presença militar tem obstaculizado o avanço de projetos bilaterais colombiano-brasileiros de cooperação de defesa.

Dessa forma, ocorreram nas últimas décadas várias tentativas de implantação de bases militares por potências extracontinentais em países do entorno estratégico, como na Argentina pelos chineses e na Colômbia pelos EUA, que motivaram reações do Brasil no campo diplomático, confirmando um maior protagonismo brasileiro na América do Sul.

A tentativa de fortalecimento da OTCA, proposta brasileira, tem sido constantemente rejeitada pela Colômbia, em razão do alinhamento político-estratégico com os EUA, sendo motivo de crescente preocupação brasileira

por prejudicar as iniciativas de incremento do protagonismo brasileiro no subcontinente sul-americano. Observa-se, assim, o aumento da presença de grandes potências no entorno estratégico brasileiro, haja vista que países como os Estados Unidos impactam de forma relevante a vida econômica, política, cultural e social em áreas da América do Sul. Isso demonstra o interesse norte-americano no entorno estratégico brasileiro, dando continuidade à sua política externa para a região, desde a Doutrina Monroe de 1823.

As relações diplomáticas entre França e Brasil ainda continuam estremecidas, desde os incidentes ocorridos em 2019, quando aquele país propôs uma internacionalização da região amazônica, motivada pela preservação do meio-ambiente. Além disso, a França tem colocado diversos obstáculos na aproximação comercial do MERCOSUL com a União Europeia, na medida em que interesses de produtores agrícolas franceses se veem ameaçados pela oferta do mercado nacional.

A necessidade de se antepor ao avanço de potências extracontinentais sobre o entorno estratégico brasileiro incrementou o protagonismo brasileiro no subcontinente sul-americano respaldado pelo aparato militar que foi reformulado nas últimas décadas dentro de um projeto voltado para consolidação da base industrial de defesa.

A Venezuela após uma crise, que se estendeu por mais de dez anos, alcançou 2040 com relativa estabilidade, fruto da mediação conduzido pelo Brasil, sob os auspícios da Organização dos Estados Americanos (OEA). Esse acordo permitiu retirar o país da crise humanitária profunda que havia se instalado no país venezuelano. Além disso, houve reconhecimento internacional da ação diplomática brasileira, aspecto que contribuiu para a redução da influência das grandes potências no subcontinente, reforçando o protagonismo brasileiro na região. Outro aspecto positivo da solução adotada é que foi evitada uma escalada na crise venezuelana, fato que poderia levar a uma eventual guerra civil, o que traria ao Brasil uma série de consequências na economia, na política, no incremento do fluxo migratório e na dificuldade no controle do crime organizado nas fronteiras.

Nesse evento, também merece destaque o papel desempenhado pela mídia nacional, que colaborou na criação de uma percepção positiva da atuação do governo brasileiro na esfera internacional.

O protagonismo brasileiro no continente sul-americano foi desenvolvido com base em mecanismos de confiança mútua com os vizinhos e também por intermédio de uma maior sinergia entre sua política externa e seu aparato militar. Essa interação vem cada vez mais respaldando as ações da política externa do Estado brasileiro, favorecendo a ampliação de sua capacidade de atuar como protagonista no cenário sul-americano. Essa cinemática reforçou a autopercepção da sociedade brasileira quanto ao papel que o país pode desempenhar como uma potência regional, confirmando, desse modo, sua tendência em assumir o protagonismo na América do Sul.

Ampliando para o entorno estratégico brasileiro além da América do Sul, o País ampliou suas relações comerciais, tecnológicas e militares com a África do Sul. As relações bilaterais entre os dois países têm progredido ao longo dos anos, fomentando maiores relações por meio de fóruns, como BRICS, Índia, Brasil e África do Sul (IBSA), G77, G20 e outros arranjos. Em função dos interesses estratégicos dos dois países no Atlântico Sul, foi estabelecida uma parceria entre as Marinhas visando melhorar as condições de segurança do tráfego marítimo na região do Golfo da Guiné e nas rotas de demandam aos países asiáticos.

AMBIENTE NACIONAL

As reformas políticas almejadas pela sociedade brasileira foram precedidas pelas reformas previdenciária e tributária que conformaram a segurança jurídica que desejavam os investidores externos e internos. Contribuição significativa foi dada pelo BNDES, democratizando a concessão de empréstimos com taxas inferiores àquelas praticadas pelo mercado aos empreendedores de todos os portes, consolidando um processo de crescimento econômico sustentável.

Contemplar a Base Industrial de Defesa (BID) com estímulos creditícios foi vital para que o Brasil alcançasse um complexo industrial militar de porte

médio e com substancial volume de tecnologia dual. Essa iniciativa vem contribuindo para promover significativas transformações das Forças Armadas, conferindo ao País uma capacidade crível de projeção de poder.

Os avanços econômicos aliados ao processo de amadurecimento da democracia brasileira proporcionaram uma lenta e segura progressão social. A estabilidade política favoreceu os investimentos e o contínuo crescimento econômico gerando excedentes que em parte foram investidos na transformação das Forças Armadas.

O combate à corrupção e ao crime organizado foi bem-sucedido e trouxe estabilidade e credibilidade, além de favorecer um maior aporte de investimentos externos. Esse conjunto de circunstâncias permitiu que o país atingisse um índice de percepção de corrupção favorável em 2040.

A partir de 2025, um grande esforço nacional foi direcionado para a Amazônia, compreendendo a ampliação do polo industrial de Manaus, nas áreas de pesquisa e desenvolvimento de produtos farmacêuticos, alimentícios e de cosméticos, explorando a biodiversidade local. Outra área também desenvolvida foi a indústria naval em Belém, voltada para meios fluviais e de cabotagem, adaptados às características da malha fluvial da região. Além disso, vultosos investimentos foram aplicados na construção e recuperação da infraestrutura portuária e de escoamento da produção, a partir do interior. Tais ações favoreceram o desenvolvimento sustentável da região, o que aumentou o efeito dissuasório contra tentativas de reduzir a soberania brasileira sobre essa parcela significativa do território nacional. Na década de 2030, a liderança brasileira no espaço político-democrático da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) acabou por aglutinar os demais países amazônicos e afastou as prováveis ingerências e intromissões externas indevidas, em especial de países localizados fora do continente sul-americano.

Com aporte de recursos do Ministério da Defesa, os institutos de pesquisa das três Forças Armadas desenvolveram um sistema de tecnologia disruptiva, na área de comando, controle e comunicações baseado em processamento quântico. O projeto está em fase de homologação operacional para ser utilizado em ambiente de clima quente e úmido, visando seu emprego na região amazônica. O completo desenvolvimento desse sistema

aumentará sensivelmente as possibilidades de emprego de forças conjuntas em diversos tipos de teatros de operações. Essa tecnologia também está sendo cogitada para aplicação no controle de tráfego aéreo, acompanhamento meteorológico, acompanhamento do tráfego marítimo e fluvial, entre outras aplicações civis.

O processo de desenvolvimento econômico se espalhou para várias regiões do país, ensejando mais oportunidades de trabalho, reduzindo a insatisfação social. Assim foram reduzidos os espaços ocupados pelo crime organizado, narcotráfico, e outras atividades ilegais. Isso provocou a redução do emprego das Forças Armadas tanto em atividades subsidiárias na área de fronteira, como em missões de garantia da lei e da ordem. Com isso, as Forças Armadas puderam focar seu preparo nas ações atinentes à defesa da pátria.

Merecem destaque as ações realizadas pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas, a partir da década de 2020, no sentido de sensibilizar a sociedade quanto à necessidade do País dispor de capacidades militares adequadas para a defesa da pátria. A criação de programas de televisão, de estímulo às atividades de pesquisa sobre temas de defesa, de cursos para públicos formadores de opinião, como jornalistas e advogados, têm contribuído para a percepção da importância de manter as Forças Armadas bem equipadas e aprestadas para o combate.

A prioridade estabelecida pelo país para a educação básica, a partir de 2020, maturou por longos dez anos e então começou a frutificar. A aplicação de outras medidas como apoio ao ensino técnico e foco nas necessidades da sociedade proporcionou ganhos significativos na qualificação da mão de obra, favorecendo a elevação da remuneração da população e o bem-estar social. As Forças Armadas beneficiaram-se dessas ações, na medida em que melhorou a qualidade educacional dos candidatos ao ingresso para a carreira das armas.

As reformas previdenciária e administrativa aprovadas pelo Congresso Nacional na década de 2020 reduziram as despesas do Estado e permitiram melhorar o equilíbrio salarial entre as carreiras de estado (públicas). Com o tempo, essas mudanças estimularam a competição na captura de talentos e também acentuaram a motivação pelo auto-aperfeiçoamento.

A ausência de uma reforma política contribuiu para o aumento da quantidade de partidos no Congresso Nacional, o que fez com que qualquer proposta normativa esteja sendo submetida a uma negociação cada vez complexa. Com isso, os projetos de interesse da defesa que dependem da aprovação do Congresso Nacional têm demandado mais tempo para aprovação.

Apesar das dificuldades nos trâmites legislativos, as metas traçadas nos planejamentos estratégicos governamentais ao longo da década de 2020 trouxeram repercussões benéficas que floresceram no final da década de 2030. A sinergia obtida pelos diversos planos governamentais permitiu que o país superasse problemas históricos como a questão educacional, o que levou à elevação significativa da qualificação da mão de obra e consequente melhoria na produtividade. Além disso, o mercado interno cresceu com a criação de empregos melhor remunerados.

Os recursos orçamentários alocados para as obras de infraestrutura, ampliaram a malha de transportes nacional. A capacidade de transporte entre as diversas regiões do País foi ampliada principalmente em função da melhoria dos modais ferroviário e aquaviário. Essas facilidades contribuíram para que o Ministério da Defesa implementasse, desde 2034, o exercício quadrienal – MobNac – Mobilização Nacional, oportunidade em que tropas e material militar no efetivo de uma brigada são deslocadas de uma região do país para outra a fim de participar de operações de defesa da Pátria. Nessas atividades, além dos meios logísticos orgânicos da Grande Unidade, são mobilizados meios civis.

Em 2039, o posicionamento do governo brasileiro em relação a disputas comerciais com países do Sudeste Asiático despertou fortes reações em grupos ultranacionalistas em países daquela região. Em setembro desse ano, o braço terrorista de um desses grupos planejou e executou a liberação de agentes seletos durante o Rock in Rio. Esse fato foi o estopim de uma epidemia provocada pelo coronavírus causador da SARS-CoV (Síndrome Aguda Severa Respiratória). Tal situação demandou a ativação de diversas medidas e providências em biodefesa por parte do MD para mitigar os efeitos danosos na tropa do Rio de Janeiro. Após o evento, o MD criou o Plano de Contingência

para Agentes Seletos, que serviu de modelo para a criação de um programa nacional voltado para esse tipo de crise.

MINUTA

Cenário “Relacionamento global, com restrição orçamentária”

IDEIA BÁSICA

Este cenário se baseia na concepção de que a postura internacional do Brasil é de equilíbrio no relacionamento com os EUA e com a China, e de que o crescimento econômico brasileiro não possibilitou um aumento no orçamento de Defesa, e conseqüentemente, no nível de aprestamento e das capacidades militares de suas forças armadas.

AMBIENTE GLOBAL

Em 2040, a disputa de poder entre China e Estados Unidos continua acirrada, especialmente depois que a China superou os EUA como maior PIB mundial, em 2025. Os Estados Unidos, entretanto, seguem como maior potência militar. Movimentos isolacionistas, entretanto, ganham força dentro daquela nação, buscando afastá-los dos problemas externos. O Brasil tem buscado estabelecer relações vantajosas para os interesses nacionais com ambos atores globais.

Os EUA têm desenvolvido uma política externa pendular com o Brasil desde a aproximação iniciada em 2019. Em alguns momentos, fica evidente o interesse em trazer o Brasil para sua esfera de relacionamento, com oferecimento de vantagens competitivas ou acordos de cooperação. Em outros, preocupações com questões internacionais extrarregionais tiram os assuntos sul-americanos da pauta de prioridades daquele país. A Política de Segurança Hemisférica continua a ser a linha mestra que baliza os interesses norte-americanos para o Brasil. Nos últimos 20 anos, pôde-se identificar pequenas diferenças entre as políticas externas dos governos republicanos e as dos democratas. Enquanto os primeiros ofereceram maiores vantagens nas negociações comerciais e estratégicas, os últimos dificultaram as negociações em função das fortes pressões de seu eleitorado por meio de lobbies econômicos e de ONG envolvidas com as questões ambientais e de direitos humanos.

Aproveitando-se de sua economia pujante, a China tem buscado ampliar sua influência comercial em todos os continentes, especialmente África e América do Sul, em função da disponibilidade de recursos naturais que esses continentes oferecem.

Algumas repúblicas asiáticas da Federação Russa, atraídas pelas oportunidades de negócios oferecidos pela China, a exemplo do ocorrido na parceria com o Turcomenistão³, ensaiaram um movimento de emancipação, na década de 2030, chamado pela imprensa de Outono Amarelo, fato que levou à intensa utilização de guerra cibernética contra a infraestrutura daquelas repúblicas. A troca de governos para aliados pró-Moscou, ocorrida em 2036 e 2037, pacificou a região. A indústria militar russa, continua em plena produção, ampliando sua fatia de mercado, mesmo na África e na América do Sul, pelo baixo custo de seus produtos.

A União Europeia, pressionada pelas tentativas de dissensões internas, oriundas das insatisfações com a decadência do modelo de bem-estar social, corroído pelo envelhecimento da população e pelas levas de migrantes africanos, já não consegue apresentar uma posição única no âmbito internacional, principalmente depois da assinatura do acordo energético entre Alemanha e Rússia, em 2025. Apesar das insinuações chinesas de aproximação comercial, a ofensiva norte-americana de financiamento dos países europeus da OTAN tem sido o bastião da resistência da Aliança Atlântica.

O acordo de paz entre israelenses e palestinos, após as ações diplomáticas dos EUA, assinado em 2034, levou a uma redução significativa dos atentados terroristas no mundo. Permanecem, no entanto, as disputas de poder no Oriente Médio, especialmente entre Irã e Arábia Saudita.

³ Presidente chinês pede mais cooperação pragmática com Turcomenistão no marco do Cinturão e Rota. Disponível em http://portuguese.xinhuanet.com/2017-06/10/c_136354529.htm

ENTORNO ESTRATÉGICO

As revoltas ocorridas nos últimos 5 anos na Guiana Francesa, em função do desalento da população local com o precário apoio social fornecido pela metrópole, têm gerado acusações francesas ao governo brasileiro de estar estimulando movimentos de dissensão interna na província ultramarina. Enquanto a população franco-guianense ainda reclama da nova reforma previdenciária aprovada em 2035, que criou tipos diferenciados de cidadania, mais e mais habitantes da Guiana buscam cruzar a fronteira com o Brasil, para trabalhar na Zona Franca de Santana, no Amapá, reconfigurada em 2030, e que começa a dar sinais de vitalidade após o longo processo de organização. As oportunidades de trabalho com o desenvolvimento da cultura da soja naquele estado também têm atraído cada vez mais cidadãos guianenses. Para se contrapor aos problemas internos na Guiana Francesa, a metrópole tem aumentado seus efetivos militares locais.

O Acordo de Bruxelas, negociado em 2025 e patrocinado pela União Europeia, permitiu que a Venezuela saísse da crise institucional e convocasse novas eleições. A presença de interesses econômicos russos e chineses, aliados à preocupação geopolítica norte-americana com seu mar interior (Caribe), mantém a situação política venezuelana sob tensão constante. Entretanto, a divisão da produção dos campos venezuelanos para o pagamento da dívida externa entre a petroleira russa *Gazprom*, a norte-americana *Chevron* e a chinesa *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) permitiu que a economia venezuelana se recuperasse. Sem capacidade econômica e militar para defender os interesses geopolíticos nacionais em relação à Venezuela, o Brasil perdeu influência junto à república vizinha. Aproximações diplomáticas são tentadas com vistas ao fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), mais uma vez, sem sucesso. O empresariado brasileiro, por vez, ainda enxerga a Venezuela como um amplo mercado para aquisição de produtos manufaturados, tendo em vista a baixa industrialização de sua economia muito dependente do petróleo. Embora o governo venezuelano receba influência de assessores militares das três grandes potências mundiais (EUA,

China e Rússia) com interesses locais, não há presença de tropas estrangeiras no país.

A relação entre Colômbia e Venezuela melhorou sensivelmente nos últimos 10 anos, após a adesão da Venezuela ao Plano Merida, de ajuda norte-americana à repressão ao tráfico de entorpecentes, o que permitiu a realização de exercícios conjuntos entre os dois países sul-americanos. O presidente colombiano Pablo Ojeda, vencedor das eleições de 2038, condena a opção da dissidência do Exército de Libertação Nacional pela luta armada e pelo financiamento da guerrilha. Apesar da pressão interna de seus correligionários, seu governo mantém a parceria preferencial com os EUA, o que tem gerado uma situação econômica bastante positiva com o aumento do preço do café em função do valor agregado (gourmetização) no mercado norte-americano.

A tentativa de golpe de estado na Guiana, em 2025, país de maior crescimento econômico das Américas na década de 2020-2030, foi rapidamente reprimida, após a intervenção norte-americana, fato que reduziu a intensidade do discurso venezuelano de reivindicação do território da Guiana Essequiba. O Brasil, fiel à sua política externa de não intervenção, manteve-se alheio à participação militar nesse evento. Com isso, neste ano, completaram-se 170 anos desde a última participação militar brasileira em conflito no seu entorno geográfico. O acidente ambiental nos campos de petróleo da Exxon, em 2037, próximo à Georgetown, gerou grande comoção internacional, mas a imagem do país foi recuperada após campanha de publicidade, focada na preservação ambiental de suas florestas praticamente intocadas.

A disputa de poder na Argentina em 2039, entre peronistas liberais, aliados dos EUA, e desenvolvimentistas, que apresentam proposta de aproximação com a China, caracteriza a expansão da Guerra Fria Comercial entre as duas grandes potências para o entorno estratégico brasileiro. Após a descoberta de petróleo na região de *Santiago del Estero*, que permitiu a melhora das condições econômicas com a exploração/exploração econômica de óleo e gás por empresas de petróleo argentinas e estrangeiras, e consequente redução da dívida externa, a Argentina vive um momento de

euforia econômica. O acordo do MERCOSUL com a China, firmado em 2033, levou à ampliação da área plantada de grãos na Patagônia, assim como de seu plantel de gado bovino.

Mesmo com o grande esforço diplomático do Itamaraty para ampliar a influência brasileira na América do Sul, as restrições orçamentárias oriundas do baixo desenvolvimento econômico brasileiro têm dificultado a realização de ações mais afirmativas. Associado a isso, a região tornou-se palco de disputa comercial e de influência estratégica entre as duas grandes potências. Com isso, o País vê cada vez mais distante a oportunidade de desempenhar um papel relevante em seu entorno estratégico. As pressões norte-americanas, ameaçando de boicote econômico os países sul-americanos que participam de projetos em parceria com a China, têm dificultado a abertura de novas linhas de conexão terrestre entre o centro brasileiro produtor de alimentos da América do Sul com os portos do Pacífico. Sem recursos para o financiamento, a sonhada integração viária sul-americana ainda é um sonho distante.

A disputa econômica entre EUA e China também tem impactado os países africanos da costa atlântica. A China continua a fazer grandes investimentos em infraestrutura especialmente na Nigéria, Angola e Namíbia, enquanto os EUA têm buscado securitizar questões de tráfico de drogas, pirataria, terrorismo e crime organizado no Golfo da Guiné. A base naval da OTAN de São Tomé e Príncipe já é, desde 2032, a maior concentração de tropas do hemisfério Sul. O patrulhamento costeiro da OTAN tornou-se uma constante desde o afundamento do navio de turistas da empresa Costa C, em 2034, após o atentado terrorista perpetrado pelo grupo Boko Haram. O Brasil, convidado pelos EUA a integrar a Força Tarefa de patrulhamento em 2021, participa da força multinacional da OTAN de forma permanente, mesmo com as restrições orçamentárias existentes desde aquela época.

A parceria tecnológica do Brasil com a África do Sul no segmento militar tem continuado por intermédio de projetos de mísseis e foguetes. Apesar do surgimento de novos produtos, a dificuldade de colocação em produção, em função do reduzido número de unidades adquiridas pelas Forças Armadas de ambos os países, tem dificultado a ampliação do investimento nas empresas

envolvidas. Exercícios conjuntos entre as duas Marinhas de Guerra têm sido constantes.

A proximidade da revisão do Tratado Antártico a realizar-se no próximo ano (2041) tem acentuado a movimentação política de alguns países vizinhos. O Chile, por exemplo, tem manifestado claramente suas reivindicações territoriais sobre o continente. A disputa indefinida de poder entre China e EUA, entretanto, tem forçado esses países a não ampliarem suas áreas de tensão para essa região. Dessa forma, a expectativa dos analistas políticos é que as grandes potências forcem os demais membros do Tratado a aceitarem mais uma prorrogação da internacionalização do continente. O Brasil, em função da restrição orçamentária vivida, tem mantido um mínimo de atividades científicas, graças ao esforço de alguns abnegados pesquisadores participantes do PROANTAR⁴.

AMBIENTE NACIONAL

Após uma série de reformas ocorridas na década de 2020-2030, a situação política do Brasil encontra-se estabilizada. Nos anos de 2023 e 2024, houve a reforma política que implantou a cláusula de barreira e reduziu o número de partidos que compõem o Congresso Nacional para onze. Essa nova situação permitiu um entendimento mais claro da sociedade das propostas de cada agremiação. A reforma eleitoral, em 2027, com a implantação da

⁴ O PROANTAR tem como propósito a realização de substancial pesquisa científica na região antártica, com a finalidade de compreender os fenômenos que ali ocorrem e sua influência sobre o território brasileiro, contribuindo, assim, para a efetivação da presença brasileira na região. O PROANTAR possui três segmentos:

Científico: sob a responsabilidade do MCTIC e do CNPq, órgãos que respondem pelo fomento e a coordenação da execução das pesquisas científicas realizadas por universidades e demais instituições de pesquisa. O Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas - CONAPA, órgão assessor do MCTIC para assuntos científicos antárticos, é responsável pelas diretrizes científicas do PROANTAR.

Logístico: sob a responsabilidade da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - SECIRM, que implementa o apoio logístico às Operações Antárticas.

Ambiental: sob a responsabilidade do Grupo de Avaliação Ambiental do PROANTAR (GAAM), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA. Disponível em http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/antartica/proantar/Programa_Antartico_Brasileiro__PROANTAR.html.

verificação impressa do voto e do voto distrital, também contribuiu para maior segurança institucional e estabilidade do processo eleitoral. O planejamento estratégico entrou na agenda nacional, com participação ativa da mídia impressa, televisiva e das redes sociais, que trazem agora mecanismos de consultas públicas online, uma novidade mundial desenvolvida pela Câmara de Deputados em 2029. Governos de direita, esquerda e centro revezaram-se no poder nos últimos 20 anos. As reformas tributárias de 2021 e de 2035 tornaram o sistema de impostos do Brasil bastante mais simples, apesar de ainda haver críticas por parte dos estados e municípios quanto à sua reduzida autonomia tributária.

Em 2040, a integração da infraestrutura nacional ainda é uma meta ser atingida. Apesar dos grandes avanços ocorridos na década de 2020-2030 com a construção e a privatização dos ramais ferroviários e aquaviários que permitem o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste pelos portos amazônicos, grande parte deles financiados pela China, ainda pouco foi realizado na interligação com os portos do Pacífico. A implantação da Operação *Brasil Unido*, exercício de mobilização nacional quadrienal do Ministério da Defesa, realizado a partir de 2025, após a tentativa de securitização da questão ambiental no Conselho de Segurança da ONU, tem tido bons efeitos dissuasórios sobre a questão amazônica, assim como tem recebido apoio da sociedade brasileira, com posicionamento favorável da mídia nacional sobre a questão. Por sua vez, os problemas econômicos atuais, associados à expressiva presença econômica e militar dos EUA e da China na América do Sul, têm dificultado o debate sobre o papel das Forças Armadas para a afirmação do Brasil como uma potência em ascensão. A sociedade brasileira continua muito preocupada com seus problemas internos, entendendo que o papel mais relevante para as Forças Armadas ainda é sua contribuição para o desenvolvimento e para a segurança interna. A comunidade epistêmica de defesa tem crescido de forma bastante lenta. A Associação Brasileira de Estudos de Defesa tem se afirmado qualitativamente por meio da boa avaliação dos Programas de Pós-Graduação. Sua capacidade de influir na pauta política nacional, porém, é bastante limitada, fato identificado nas últimas eleições presidenciais de 2038.

Embora o Brasil tenha melhorado seus níveis educacionais, em função basicamente da redução de sua população infantil, permitindo aumentar salários de professores e alocar mais recursos para o projeto da Escola Virtual, inaugurado em 2032, as condições de saúde da população em geral geram tensões sociais. O elevado número de idosos e a crise ética que perdura há décadas levaram ao esfacelamento do núcleo familiar que amparasse em seu seio aqueles de idade mais avançada, mostrando uma sociedade descrente de um futuro promissor e insatisfeita com as condições de bem-estar social.

A maturidade política ocorreu, apesar da instabilidade econômica. Após um período de razoáveis condições econômicas na década de 2020, com crescimento médio de 2% ao ano, a economia do país sofreu grande impacto da crise mundial de 2035, passando a apresentar uma média de 0,5% de crescimento do PIB, com períodos de recessão na última década. A indústria nacional enfrenta problemas, em função da dificuldade de acompanhar os avanços da indústria internacional. A indústria 4.0, que viveu seu pico na década de 2030, tem dado sinais de enfraquecimento com os avanços da inteligência artificial quântica.

Após as definições estruturais dos Plano Estratégico de 2032, a indústria de Defesa Nacional foi reconhecida como segmento prioritário de investimento. As ações de racionalização implementadas no início da década de 2020, associadas à definição de capacidades conjuntas de defesa e à reestruturação do EMCFA, permitiram melhorar a eficácia na aplicação dos recursos orçamentários. A crise econômica atual, contudo, tem dificultado o prosseguimento dos projetos estratégicos que objetivavam alcançar tais capacidades. O desenvolvimento do primeiro submarino de propulsão nuclear foi coroado de êxitos, mas não há recursos suficientes para o desenvolvimento da segunda unidade. A produção de meios navais de superfície consegue manter o país com embarcações tecnologicamente avançadas, mas seu pequeno efetivo não atinge o efeito dissuasório desejado frente às principais potências militares, como EUA, China e Rússia. O projeto do míssil anti-navio de superfície (MANSUP) foi concluído em 2031. Entretanto, o desenvolvimento de seu substituto, equipamento de uma nova geração, ainda se encontra bastante atrasado, com a Marinha buscando fontes de

financiamento junto aos órgãos de fomento do MCTIC. O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SISGAAz) ainda não tem abrangência nacional, estando ativado apenas nas proximidades das localidades do Rio de Janeiro, Salvador e Belém.

Com o reduzido aporte de recursos no planejamento estratégico de defesa, o projeto 14-X da FAB, para o desenvolvimento da primeira aeronave hipersônica nacional, que esperava-se ser capaz de garantir a soberania do espaço aéreo brasileiro, não conseguiu atingir sua maturidade. Em 2031, o projeto foi desativado. A cessão de instalações do Centro de Lançamento de Alcântara tem gerado recursos financeiros importantes para o País, em especial para o estado do Maranhão. Além do uso pelos EUA, a recente parceria com a Índia permitiu o acesso a algumas tecnologias dominadas por aquele país que permitem projetar o lançamento do primeiro satélite nacional por veículo de lançamento de satélites binacional (Brasil-Índia) no ano de 2043. O projeto F-X2, do Gripen NG, foi importante para a manutenção da estrutura de desenvolvimento tecnológico da Força Aérea, mas a aeronave não é capaz de garantir a defesa aérea do país frente aos novos equipamentos tecnologicamente mais avançados oferecidos pelas grandes potências. O cargueiro C-390 Millennium foi um sucesso comercial e suas vendas têm permitido recursos para a manutenção de novos projetos da EMBRAER Defesa.

A Avibrás, por sua vez, desenvolveu versão atualizada de um sistema de defesa antiaéreo, com tecnologia nacional de busca de alvos com inteligência artificial. O equipamento permite a defesa a média e alta altitude e tem encontrado grande aceitação no mercado internacional. O Ministério da Defesa, entretanto, só distribuiu recursos para a aquisição de 1 (uma) bateria em 2038 e tenta alocar orçamento para comprar um novo lote, a partir de 2042. Enquanto isso, a empresa luta para desenvolver novos projetos.

Ataques cibernéticos têm aumentado de intensidade e frequência no país, mesmo com a criação da Agência Nacional de Defesa Cibernética, em 2025. A grande variedade de formas de utilização do espaço virtual para ataques a instituições, a pessoas e até a estruturas críticas demandou a criação da Lei da Cibernética, no mesmo ano da criação da Agência Nacional.

As Forças Armadas ficaram responsáveis pelo emprego militar desse meio, podendo ser convocadas quando o ataque impacte a segurança nacional, mediante aprovação do Congresso Nacional.

Por outro lado, o Brasil não tem conseguido acompanhar o ritmo de desenvolvimento tecnológico no setor dos veículos autônomos militares. Embora seu emprego como armamento letal tenha sido proibido pela Convenção de Abuja, em 2029, ficando restrito às ações de logística e inteligência, o ganho operacional das tropas com o suporte desses equipamentos multiplica a capacidade de combate daqueles que dispõem desse material. O Exército brasileiro adquiriu, em 2037, da Suécia, 50 (cinquenta) unidades do Suporte logístico individual, robô que acompanha o combatente com o suprimento de apoio imediato (água, munição e ração) para teste nas operações na selva.

Com o avanço tecnológico recente, tem sido constante a publicação de artigos nos principais centros de divulgação de notícias da internet (mídia digital) questionando o excessivo efetivo das Forças Armadas e a baixa capacitação tecnológica. Argumentos favoráveis têm surgido no oficialato entendendo que tais notícias mostram o gap tecnológico dos principais sistemas de armas. Alguns, entretanto, entendem que é mais importante para a Nação a contribuição nas atividades de apoio ao desenvolvimento e à segurança, o que exige manutenção de efetivos militares maiores e menor disponibilidade para investimento.

O país continua sendo alvo de acusações de descuido com as questões ambientais, especialmente por parte de países da União Europeia. Apesar da tentativa de securitização da questão ambiental brasileira, nas três oportunidades em que a questão foi levada ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2025, 2026 e 2037, a ação foi vetada pela China e pelos EUA. A implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável, em 2027, estruturou as ações dos entes federativos para a implantação das atividades previstas. A falta de recursos federais, contudo, têm dificultado a implementação do Plano. A cessão onerosa de blocos para exploração/exploração mineral na Plataforma Continental tem contribuído

para mitigar um pouco o baixo orçamento da Marinha do Brasil, que recebe um percentual dos royalties pagos à União.

O agravamento da crise na Segurança Pública justificou a criação do Ministério da Segurança Interna em 2031. A partir de então, a alocação de recursos para as polícias técnicas permitiu melhoria relativa da capacidade de solução de crimes. Esse foi um dos fatores que permitiu a redução da sensação de impunidade na população brasileira. Outro fator importante foi a revisão do Código de Processo Penal, ocorrido no governo de Maria Fernanda, em 2035, após o processo iniciado em 2030, que redundou na prisão de dois juízes do STF, envolvidos em caso de corrupção. As dificuldades econômicas dos últimos anos têm aumentado a participação de contingentes cada vez maiores de brasileiros no crime organizado, que encontram nessas atividades sua fonte de sobrevivência. O atentado terrorista do grupo ambientalista *Nature* realizada em Belém, em 2037, contra a empresa norueguesa que explora alumínio na região, levou à morte dezenas de funcionários brasileiros e causou grande comoção. As Forças Armadas têm colaborado, por intermédio de seus órgãos de inteligência, no mapeamento da rede de apoiadores desse novo tipo de terrorismo.

O Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras (SISFRON) ampliou sua cobertura para toda a região amazônica. A região Sul do País, entretanto, ainda não tem acesso aos recursos tecnológicos do sistema. Dificuldades orçamentárias também são responsáveis por falhas locais de operação na região Centro-Oeste, causadas pelo material já desgastado pelo uso.

Após as reformas políticas dos anos 2019/2020, o sistema de proteção social dos militares permitiu uma recuperação das condições de apoio à família militar, graças ao ingresso de recursos oriundos dos descontos na folha de pagamento. As dificuldades econômicas das últimas décadas, entretanto, corroeram esses benefícios. A baixa qualidade dos serviços de saúde tem levado alguns militares a propor a adoção de modelos privados, posição que está longe de ser consensual, visto os elevados custos da saúde praticada nos sistemas particulares. A insatisfação salarial ocorrida em 2035, que levou à

demissão do Ministro da Defesa, ainda repercute na política nacional, provocando tensões sempre que o tema volta à pauta.

As preocupações atuais relacionadas à saúde estão diretamente vinculadas à pandemia causada pelo vírus da influenza que atingiu o Brasil em 2038 e causou dezenas de milhares de morte. A falta de recursos financeiros para a implantação de um laboratório de biossegurança nível 4 atrasou a resposta do país no enfrentamento à crise. Por outro lado, a rápida reação do agronegócio brasileiro, quando da identificação do vírus da aftosa que atacou os rebanhos bovinos na fronteira do Mato Grosso do Sul com a Bolívia, em 2032, foi creditada ao imediato diagnóstico no laboratório de máxima contenção biológica, nível NbAg+, de Pedro Leopoldo-MG.

Considerações finais

Os quatro cenários aqui apresentados não esgotam as possibilidades que o futuro reserva para a Defesa Nacional até o ano de 2040. Os cenários contribuem para apresentar futuros possíveis, com níveis razoáveis de probabilidade de ocorrer. O princípio implícito nessa ideia é de que ao ampliar o rol de opções possíveis, o planejador poderá elaborar ações estratégicas melhor ajustadas para enfrentar os desafios do que está por vir.

Também deve ser considerado que a elaboração de cenários não encerra os trabalhos de identificação de possibilidades do amanhã. Cumpre aos gestores acompanhar a evolução dos cenários, o que permitirá atualizá-los e, se for o caso, corrigir o planejamento com oportunidade.